

## INTRODUÇÃO

Atendendo à solicitação da Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social (SJDS) do RS, a Fundação de Economia e Estatística (FEE) apresenta uma avaliação do impacto econômico dos projetos implementados na área social do Rio Grande do Sul, através da Rede Parceria Social (RPS). Coordenada pela Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social, a RPS incorpora ações conjuntas do Governo do Estado, de empresas privadas e do terceiro setor, com vistas à estruturação social, em conformidade com a Lei da Solidariedade (Lei Estadual nº 11.853/02), a qual reza, no artigo 1º:

Fica instituído o Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social, integrado por entidades e organizações de assistência social da sociedade civil, por empresas e pela Administração Pública Estadual, visando ao desenvolvimento de ações de inclusão e promoção social e ao incentivo e à articulação das referidas ações, mediante adoção de mecanismos de parceria e colaboração.

A presente avaliação efetua-se sob a ótica da mensuração dos impactos desses projetos sobre algumas variáveis econômicas básicas, como o Valor Bruto da Produção, o Produto Interno Bruto, o emprego, o nível de rendimento das famílias gaúchas e o ICMS.

A primeira seção deste estudo está baseada nas informações disponibilizadas pela Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social e busca definir a Rede Parceria Social, segundo seus formuladores, em termos de conceito, objetivos e perfil dos projetos que a compõem.

A segunda seção concentra-se na classificação dos projetos da Rede Parceria Social e na sua caracterização em relação à distribuição espacial dos projetos no território estadual, comparativamente ao grau de desenvolvimento socioeconômico das regiões atendidas. Essa análise fundamenta-se em indicadores socioeconômicos disponibilizados pela FEE.

A seção seguinte é dedicada à demonstração dos aspectos financeiros da Rede Parceria Social, com respeito ao volume de recursos empregados e ao perfil setorial dos investimentos.

A última seção apresenta a mensuração dos impactos econômicos, metodologicamente baseada em estimativas de acordo com o Modelo de Insumo-Produto de Wassily Leontief, que fornece mecanismos para se analisarem as relações produtivas intersetoriais, com grande utilidade no apoio à formulação de políticas público-setoriais. Por fim, em função da estrutura setorial dos impactos e da localização dos setores produtivos no Rio Grande do Sul, estimam-se as parcelas dos efeitos econômicos que poderão potencialmente permanecer no conjunto de municípios contemplados com projetos da RPS, ou vazar para o resto do Estado.